

ANÁLISE DA **REFORMA TRIBUTÁRIA**

ANO 4 • 113ª EDIÇÃO

BRASÍLIA,
31 DE AGOSTO DE 2023



Senado Federal amplia debate sobre a Reforma Tributária

Na última terça-feira (29), o Senado Federal recebeu governadores e vice-governadores que participaram de sessão especial para discussão sobre a reforma tributária. O objetivo do encontro era tratar sobre as especificidades e necessidades de cada estado.

Os principais pontos debatidos foram a distribuição de recursos do **Fundo de Desenvolvimento Regional** e a **criação do Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços**, que será responsável pela gestão do novo sistema tributário.

Além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), estavam presentes o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, e o relator da proposta, senador Eduardo Braga (AM). Segundo Pacheco, a **análise da matéria deve ocorrer até o início de outubro**, na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Haverá, ainda, um debate com os prefeitos, sem data definida até o momento.

Acompanhe nas próximas páginas mais detalhes sobre as discussões em torno da PEC e a atuação do Sistema OCB em prol do cooperativismo. Boa leitura!



Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR



O objetivo da criação do FDR é compensar as mudanças promovidas na reforma tributária que retiraram a possibilidade de **concessão de benefícios fiscais** para atração de empresas.



O fundo receberá recursos do governo federal a serem destinados para estados e municípios. A previsão é atingir **R\$ 40 bilhões até 2033**.



Os governadores do Nordeste defendem a **ampliação do montante previsto** e um valor diferenciado para estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços



Será responsável pela **edição de normas sobre o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)** e definirá como o tributo vai ser distribuído entre estados e municípios. Além disso, terá autonomia administrativa, orçamentária e financeira.



O Conselho será composto por representantes das **27 unidades da federação e os municípios terão direito a outras 27 vagas**. Dentre as vagas municipais, 13 serão definidas por meio dos votos de cada cidade, o que pode beneficiar as regiões Sul e Sudeste.



Ainda não há muita clareza em como será o seu funcionamento e a **sua criação ainda não é um consenso entre os estados e especialistas**, sob a justificativa de que pode estar ferindo o pacto federativo. Há expectativa de que o Senado Federal possa trazer um detalhamento maior sobre a questão, de forma a definir as atribuições do Conselho.

As negociações setoriais se intensificam

Apesar de haver consenso em torno da necessidade de modernização do sistema tributário brasileiros, os setores que não foram incluídos no regime de alíquotas diferenciadas estão preocupados com o impacto que pode haver para as suas respectivas atividades.

Por um lado, alguns segmentos buscam ser incluídos no regime de exceção, como é o caso da aviação civil e das concessionárias de saneamento. Já o setor da indústria, por exemplo, defende que não seja onerado com uma elevada alíquota do IVA para possibilitar a manutenção das exceções aprovadas pela Câmara dos Deputados.

No início de agosto, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou um estudo ao relator da proposta, o Senador Eduardo Braga (AM), detalhando os cálculos relacionados à alíquota global do IVA. O Ministério calcula que a **alíquota única deva ficar entre 25,45% e 27%.**

Tais pontos da PEC continuam em pauta nas deliberações do Senado, mediante negociações setoriais que envolvem o relator, além de engajamento em debates públicos.



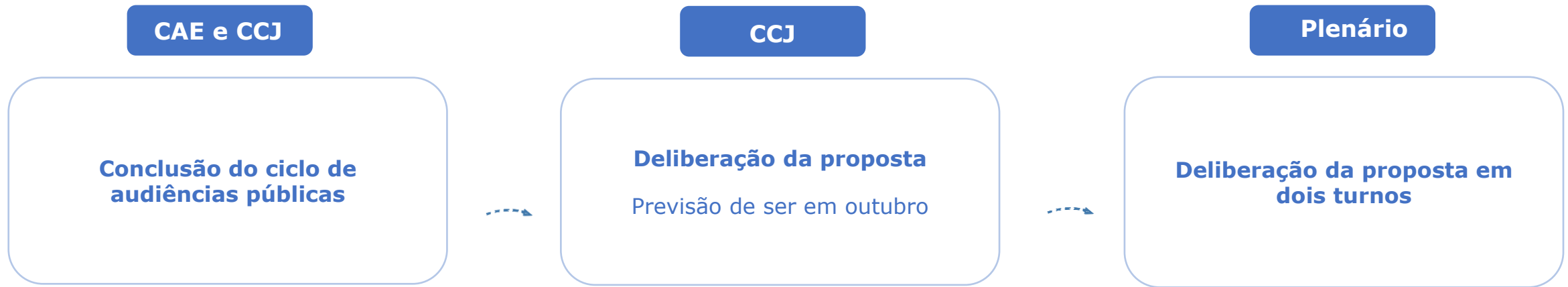
O Sistema OCB segue com sua atuação e mobilização para assegurar os avanços conquistados com o texto aprovado pelos deputados, com a inclusão do cooperativismo no regime específico de tributação, assegurando assim o adequado tratamento do ato cooperativo.

O que o coop tem feito?

- ➔ **Participação do Sistema OCB em audiência pública** no GT da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, realizada em 15 de agosto. Na ocasião, foi defendido o **adequado tratamento tributário ao ato cooperativo** e o regime de aproveitamento do crédito nas etapas anteriores da cadeia.
- ➔ **Inclusão de representante do Sistema OCB** na relação de convidados na audiência pública a ser realizada nos próximos dias, no âmbito da CCJ.
- ➔ **Encaminhamento de ofícios** com o posicionamento do Sistema OCB para todos os senadores.
- ➔ Ciclo de reuniões com senadores-chave, como o **senador Vanderlan Cardoso (GO)**, presidente da CAE e coordenador da região Centro-Oeste da Frencoop, e a **senadora Tereza Cristina (MS)**, vice-presidente da Frencoop no Senado.
- ➔ **Continuidade da campanha de comunicação do Sistema OCB** para divulgação do posicionamento sobre o Ato Cooperativo na reforma e a sua relevância para o setor.



Quais são os próximos passos e perspectivas?



A tendência é que a PEC **não seja "fatiada"**, ou seja, nenhum tema seja separado do conteúdo principal para votação futura.



O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tem manifestado a sua intenção de **votar a proposta no Plenário ainda em outubro**.



Caso o Senado promova mudanças na PEC, ela **voltará para análise da Câmara dos Deputados**, para análise dos pontos modificados pela Casa Revisora.

Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb